

RECENSÃO

Portugal na Primeira Guerra Mundial O “Livro Branco”

Filipe Ribeiro de Meneses

Historiador, National University of Ireland – Maynooth

mne, Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918):

Lisboa, mne, 1997, 2 volumes

O Livro Branco da intervenção portuguesa na Primeira Guerra Mundial, enquanto coleção de documentos pertencentes ao mne, permite ao historiador do período chegar a um número de conclusões importantes sobre não só a maior intervenção militar portuguesa na Europa no século xx como também o funcionamento da Primeira República. A sua publicação, motivo de infundáveis discussões durante e após a guerra, foi finalmente conseguida em 1997 – quando muitos dos documentos do mne tinham já desaparecido, facto esse que justifica toda esta recensão. Entre os vários motivos de interesse contidos no Livro Branco destacamos os seguintes:

1. Os verdadeiros centros de decisão na República parecem não se encontrar nos ministérios mas sim no seio de partidos cujo funcionamento não compreendemos totalmente. Tal facto torna-se claro no momento em que Augusto Soares passa a ministro dos Negócios Estrangeiros de um Governo democrático. Freire de Andrade, ministro dos Negócios Estrangeiros de um Governo independente liderado por Bernardino Machado, foi capaz de afirmar a sua personalidade e desenvolver uma opinião própria (para fúria de João Chagas, em Paris); Augusto Soares obedeceu, claramente, a uma linha de pensamento imposta pela vontade intervencionista e cujo desenvolvimento não se encontra nos documentos reunidos no Livro Branco. Aprendemos muito mais sobre as razões que levaram Portugal à guerra, e sobre o debate que antecedeu a apreensão dos navios alemães em 1916, lendo O Segundo Governo de Afonso Costa, no qual o pânico causado no Governo de Lisboa pela decisão britânica de reservar para si e seus aliados beligerantes (excluindo, portanto, Portugal) a sua marinha mercante fica soberbamente ilustrado. Perante tal disposição do Governo britânico, apresentada a Augusto Soares num aide-mémoire, Afonso Costa terá afirmado: «Se lhe perguntarem, a ele, orador, porque vamos para a guerra, não pode dizer que lho pediram, porque teria de apresentar esse documento, e esse documento é a ignomínia!»¹. Apesar da sua importância, porém, tal crise não consta do Livro Branco.

2. O Livro Branco ilustra as terríveis consequências da falta de transparência do regime republicano. Todos os países em guerra participaram numa corrida para, através de

colecções de documentos diplomáticos, demonstrar que tinham trabalhado pela paz e que apenas o adversário era responsável pela catástrofe que assolava o continente europeu. Em Portugal o mesmo não sucedeu, e as consequências internas foram consideráveis. O Governo de Afonso Costa não só quis participar na guerra, como teve também de superar a falta de vontade da Grã-Bretanha em ter Portugal como aliado beligerante, e de ter o cep integrado nas suas fileiras. O que o Livro Branco demonstra sobejamente é que Portugal não teve de intervir na guerra como o fez em 1916, provocando propositadamente a declaração de guerra alemã: a intervenção foi feita em torno da questão dos navios alemães em águas portuguesas, questão essa com que apenas a Grã-Bretanha, que beneficiou do uso da maioria desses navios, lucrou. O ministro dos Negócios Estrangeiros russo (documento 406) teve a reacção mais interessante – porque desinteressada – ao gesto português, afirmando ao ministro português em São Petersburgo «não conhecer nenhum precedente de um acto semelhante se acaso a intenção dele era pacífica», e perguntando ainda porque é que os navios austríacos em águas portuguesas não tinham sido também requisitados. A resposta, claro, é que a acção portuguesa não tinha uma intenção pacífica; tinha sido concebida e desencadeada para provocar a Alemanha. A entrada portuguesa na guerra deixou a futura União Sagrada a braços com a contradição entre, por um lado, a constante e desmoralizadora falta de navios mercantes para abastecer tanto o país quanto o cep e, pelo outro, o próprio estado de guerra com a Alemanha, supostamente o resultado imprevisto de uma acção que visava apenas assegurar o número de navios necessários para o comércio externo de Portugal.

3. O Livro Branco reforça ainda as dúvidas sobre o envio do cep para França, uma expedição que não produziu o efeito desejado pelos Governos da União Sagrada: o prestígio do regime republicano e das armas portuguesas e o poderio colonial da nação em nada foram alterados. O exemplo mais claro desta falta de vontade de Londres em partilhar a sua frente de combate com o cep chegou em Setembro de 1917, através de uma carta do ministro da Guerra britânico a Norton de Matos (622), em que era proposta a dissolução do cep enquanto corpo de exército independente, passando uma divisão a integrar um corpo de exército britânico e constituindo o resto uma reserva «sob treino e distribuído por uma definitiva área de treino». O Comandante do cep, General Tamagnini, comandaria a base de treino e serviria de Inspector-Geral das tropas portuguesas em França. Segundo Derby, Sir Douglas Haig estaria apreensivo quanto à capacidade dos soldados do cep de suportar o Inverno da Flandres. A resposta de Norton de Matos às propostas de Derby (627) foi clara – «Julgo do meu dever dizer-vos, com a rude franqueza de soldado, que me é absolutamente impossível concordar com elas e que elas muito me penalizaram» – afastando de imediato tal possibilidade. Porém, após o golpe de Estado sidonista, as propostas de Londres foram renovadas, abrangendo ainda as forças portuguesas em Moçambique (649-653). Sidónio Pais concordou com as propostas e deu-lhes efeito.

4. Tendo em conta tudo o que se passava na Europa e nas colónias, a falta de comunicação entre os governos alemão e português, e entre o mne e a legação em Berlim, de 1914 a 1916, é gritante. Não havia, pura e simplesmente, o mais pequeno interesse no mne sobre o que se passava politicamente em Berlim. Sidónio Pais, após protestar contra a falta de informações sobre o que se passava e tramava em Lisboa, avisou, como era seu

dever, que a Alemanha estava sobejamente preparada para a guerra, que o seu moral era elevadíssimo, e que derrotá-la seria um feito de armas considerável (128, 129). Tal descrição realista da situação alemã forma a primeira parte do mito do Sidónio Pais germanófilo, embora tal descrição seja em parte desfeita pelo documento 129, no qual o futuro presidente afirma: «Aconselharei dois filhos em idade de alistar-se a fazê-lo, e aos mais novos direi que prestem ao país os serviços que possam prestar». A ânsia intervencionista de muitos políticos influentes em Lisboa ignorou tais avisos: não restam vestígios de qualquer reflexão profunda sobre as possíveis consequências para Portugal de uma derrota militar dos aliados, ou mesmo de um empate militar (incluindo a perda de Angola – 232). O único diplomata português que pareceu interessar-se por tais problemas – que pelo menos hoje nos parecem naturais e de primeira importância – foi Batalha Reis, em São Petersburgo, que os abordou em Fevereiro de 1916 (383) em termos que, porém, roçam o cómico: «Estamos assistindo a uma operação de química biológica: é indispensável conhecer, a fundo, as propriedades de todas as substâncias que, na imensa cápsula, entre-reagem, se dissociam, e se combinam, para prover e determinar os produtos finais da operação, não esquecendo que a sorte da nossa nacionalidade pode ser um deles [...]». Por fim, Sidónio Pais não ficará para a história do mne como um teórico das relações internacionais ou até como – critério quase supremo para um diplomata português – alguém que escrevesse bem, como a seguinte passagem ilustra: «A guerra é uma questão absorvente para os povos beligerantes, porque é o presente, mas para quem não tiver de intervir au-delà da guerra é talvez mais interessante ainda, porque é o futuro» (331).

5. Em contrapartida, a aliança com a Grã-Bretanha tinha um peso esmagador. Chegou-se ao ponto de Londres sugerir a resposta a dar ao ultimato alemão, e de Lisboa simplesmente traduzir, palavra por palavra, essa sugestão no documento apresentado ao ministro alemão, o Barão Rosen (398, 400). Uma rápida análise estatística demonstra o peso da aliança britânica: no primeiro volume há 56 comunicações entre o mne e a Legação em Londres e 64 vice-versa; os mesmos números para Paris são 16 e 39, e para Berlim 22 e 39 (a maior parte dos quais durante a crise que levou à declaração de guerra alemã). Houve ainda 33 comunicações da Legação britânica ao mne. No segundo volume (a partir de Abril de 1916) os números são mais esclarecedores: 56 comunicações para o mne oriundas da Legação em Londres contra 5 de Paris e 33 comunicações enviadas para a Legação em Londres contra 5 para Paris. Houve também 74 comunicações entre a Legação britânica e o mne (e 39 vice-versa) contra 12 e 5 em relação à Legação francesa. Tendo em conta não só os números mas ainda a importância da matéria tratada, fica claramente demonstrado que um dos principais objectivos intervencionistas – a afirmação da personalidade internacional portuguesa face à Grã-Bretanha (objectivo vigorosamente defendido por João Chagas no seu Diário) – foi contrariada pela experiência da guerra: o Governo português não ousou dar um passo sem previamente consultar Londres, estando totalmente dependente da Grã-Bretanha para a sobrevivência e o abastecimento tanto do país como do cep. É notável, a respeito da questão do abastecimento do cep, o empenho de Sidónio Pais em bater-se pela cedência de navios que permitissem efectuar tal abastecimento devidamente. O cep estava desfalcado de homens e material em Dezembro de 1917, e o seu estado foi piorando até 9 de Abril de 1918, quando a unidade desapareceu das linhas de frente. Resta saber, porém, se, tendo Sidónio Pais os meios

materiais para reforçar e reconstituir o cep, o teria feito, uma vez que grande parte da sua popularidade no país se devia ao fim do envio de tropas para França.

6. Os documentos relativos à participação de Portugal nas negociações da paz não constam do Livro Branco. Tida na altura como mais uma derrota da diplomacia portuguesa, incapaz de interessar os Aliados sobre a questão de Olivença e de dar a Portugal – e não à Espanha, como de facto sucedeu – um papel de relevo na Sociedade das Nações, a actividade de Egas Moniz, e sobretudo de Afonso Costa, deveria constar de outro volume do Livro Branco. A apreciação do verdadeiro impacto que a participação portuguesa na guerra teve em relação ao prestígio internacional de Portugal – cujo reforço era, afinal, um objectivo de guerra – seria facilitada pela consulta de toda a correspondência relativa à representação nacional em Paris. Até lá fica a ideia de que Portugal – como a Itália – ganhou a guerra mas perdeu a paz. Esta queixa é, porém, antiga: já Brito Camacho a fazia, a 30 de Março de 1920, durante o debate sobre a ratificação do Tratado de Versalhes: «Se o Livro Branco era indispensável para se discutir a nossa intervenção na guerra, um circunstanciado relatório da nossa delegação à Conferência da Paz seria igualmente indispensável para vermos como nessa conferência tinham sido advogados os nossos interesses, e para sabermos que poderosas, que invencíveis resistências impediram que tivessem satisfação as nossas justas reclamações»².

É importante referir ainda que uma primeira versão do Livro Branco, intitulada Documentos apresentados ao Congresso da República pelo Ministro dos negócios Estrangeiros: Portugal no conflito europeu. Primeira parte: Negociações até à declaração de guerra, foi publicada em 1920, tendo a publicação do segundo volume sido suprimida por decisão política. Esta primeira versão do Livro Branco foi interrompida por ser considerada – e com razão – parcial. Usando o Livro Branco de 1997 como padrão, mais de cinquenta documentos foram suprimidos em 1920, enquanto em vários outros documentos frases e mesmo parágrafos inteiros foram eliminados. Imediatamente após a guerra os políticos intervencionistas que sucederam a Sidónio Pais insistiram em retirar do Livro Branco, em primeiro lugar, qualquer referência à dimensão espanhola da diplomacia portuguesa. A insistência britânica em boas relações entre Lisboa e Madrid foi ocultada, assim como o foi a oferta espanhola de acção conjunta em relação aos navios alemães (muitos dos quais se encontravam em portos espanhóis), oferta essa que incluía os bons ofícios de Madrid de forma a facilitar negociações com Berlim (368). Tal documento sugere a possibilidade de Portugal poder ter empregue os navios alemães sem que tal implicasse uma entrada na guerra. Igualmente suprimidos foram os pontos de vista de Freire de Andrade (ver, por exemplo, o documento 20, em que o ministro afirma aos seus colegas que «não temos quadros suficientes de oficiais e sargentos, não temos fábrica de armas e tão-somente de cartuchame... Não temos telegrafia sem fios... não temos aeroplanos; não temos carros para os serviços de administração e ambulâncias em número suficiente... o cartuchame de artilharia e infantaria que possuímos é insuficiente para entrar em campanha») e referências à tentativa frustrada de organizar uma divisão reforçada para acompanhar as peças de artilharia pedidas pela Grã-Bretanha em nome da aliança (196). Seguiram as peças – mas não as munições e «a divisão que há dois meses levava apenas três semanas a mobilizar ainda hoje (11 de Dezembro de 1914) não está pronta, nem creio que o esteja ainda dentro de mais outro mês».

NOTAS

¹ A. H. de Oliveira Marques (ed.), O Segundo Governo de Afonso Costa 1915-1916. Lisboa: Edições Europa-América, 1974.

² Manuel de Brito Camacho, Portugal na Guerra. Lisboa: Guimarães & Ca., 1936, p. 317.